



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TERMO ADITIVO Nº 07 AO CONTRATO N. 22/2018.

TERMO ADITIVO N. 07 AO CONTRATO N. 22/2018
(evento [0340789](#))

PROCESSO SEI N. [0001552-45.2017.6.22.8000](#)

PREGÃO ELETRÔNICO N. 44/2018

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 22/2018 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA EACE ENGENHEIROS ASSOCIADOS CONSULTORES EM ENGENHARIA LTDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E COMPLEMENTARES EM PLATAFORMA BIM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO TRE-RO.

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por seu Presidente, **Desembargador PAULO KIYOCHI MORI**, (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021), doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa **EACE ENGENHEIROS ASSOCIADOS CONSULTORES EM ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 15.110.739/0001-23, com sede na SCS quadra 01, Bloco G, Nº 30, Sala 1108, Parte B, Edifício Baracat - ASA SUL - Brasília/DF, CEP: 70.309-900, Telefone(s): (61) 3037-2281 / 98185-2563, e E-mail(s): loliveira@eacegroup.com, neste ato representada pelo Senhor **LUIS MIGUEL GOMES DE OLIVEIRA**, (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021), doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com o Ato de Autorização constante na Decisão n. 2/GABPRES, de 28/01/2022 (evento 0784368), celebram, mediante acordo entre as partes, o presente termo aditivo, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo possui os seguintes objetos:

I – **prorrogar o prazo de vigência** do Contrato n. 22/2018 (evento [0340789](#)) **por mais 60 (sessenta) dias corridos, a contar de 31/01/2022 e data final em 31/03/2022**, sem ônus para o Contratante; e

II – **prorrogar o prazo de execução** do Contrato n. 22/2018 (evento [0340789](#)) **por mais 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a contar de 31/12/2021 e data final em 13/02/2022**, sem ônus para o Contratante.

Subcláusula única – O histórico desta contratação consta no anexo I e deste instrumento.

DA GARANTIA

(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – Para assegurar a plena execução do presente ajuste e com fundamento nos termos do art. 56 da Lei n. 8.666/93, a **CONTRATADA** deverá apresentar à **Administração da CONTRATANTE**, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura deste instrumento, **renovação da garantia contratual apresentada inicialmente**, observadas todas as condições, prazos, vigências e valores constantes no contrato inicial, com fulcro na Cláusula Sexta do Contrato originário e do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93.

DO FUNDAMENTO LEGAL

(Artigo 57, I, § 1º, V, da Lei nº 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no art. 57, I, § 1º, V, da Lei nº 8.666/93, e na **CLÁUSULA QUARTA**, *caput* e Subcláusulas Terceira e Quarta, do Contrato originário.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato originário e não alteradas pelos aditivos e pelas apostilas posteriores.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA QUINTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Termo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 28 de janeiro de 2022.

Desembargador PAULO KIYOCHI MORI Pelo Contratante	LUIS MIGUEL GOMES DE OLIVEIRA Pela Contratada
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.***.***-49 Testemunha	Luciano da Silva Santos Braga CPF: 812.***.***-53 Testemunha

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ANEXO I DO TERMO ADITIVO N. 07 AO CONTRATO N. 22/2018/TRE-RO**HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO****1. Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos aditivos/apostilas:**

Contrato/Aditivo/Apostila (Valores, objetos e datas de assinatura e de vigência)	Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila	Percentual de acréscimo/supressão em relação ao valor inicial do contrato já efetivados nesta contratação (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)
Contrato n. 22/2018 (assinado em 01/10/2018) – Volume VI do PA (evento 0340789). a) Prazo de Vigência de 255 dias corridos, a contar de 01/10/2018 até 13/06/2019; e b) Prazo de Execução de 165 dias corridos, a contar de 16/10/2018 até 30/03/2019. Valor inicial: R\$ 127.720,50	R\$ 127.720,50	-
1º Termo Aditivo (assinado em 13/06/2019) – Volume VII do PA (evento 0423885): a) Prorrogação do prazo de vigência por mais 180 dias corridos (a contar de 14/06/2019 até 10/12/2019), sem ônus para o Contratante; e b) Prorrogação do prazo de execução por mais 180 dias corridos (a contar 31/03/2019 até 26/09/2019), sem ônus para o Contratante.	-	-
2º Termo Aditivo (assinado em 04/12/2019) – Volume VIII do PA (evento 0483952):	-	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>a) Prorrogação do prazo de vigência por mais 180 dias corridos (a contar de 11/12/2019 até 07/06/2020), sem ônus para o Contratante; e</p> <p>b) Prorrogação do prazo de execução por mais 180 dias corridos (a contar 27/09/2019 até 24/03/2020), sem ônus para o Contratante.</p>		
<p>3º Termo Aditivo (assinado em 22/04/2020) – Volume IX do PA (evento 0526404):</p> <p>a) Prorrogação do prazo de vigência por mais 180 dias corridos (a contar de 08/06/2020 até 04/12/2020), sem ônus para o Contratante; e</p> <p>b) Prorrogação do prazo de execução por mais 180 dias corridos (a contar 25/03/2020 até 20/09/2020), sem ônus para o Contratante.</p>	-	-
<p>4º Termo Aditivo (assinado em 30/11/2020) – Volume X do PA (evento 0627949):</p> <p>a) Prorrogação do prazo de vigência por mais 180 dias corridos (a contar de 05/12/2020 até 02/06/2021), sem ônus para o Contratante; e</p> <p>b) Prorrogação do prazo de execução por mais 180 dias corridos (a contar 21/09/2020 até 19/03/2021), sem ônus para o Contratante.</p>	-	-
<p>5º Termo Aditivo (assinado em 02/06/2021) – Volume XII do PA (evento 0697746):</p> <p>a) Prorrogação do prazo de vigência por mais 111 dias</p>	-	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

corridos, a contar de 03/06/2021 até 21/09/2021, sem ônus para o Contratante; e b) Prorrogação do prazo de execução por mais 141 dias corridos, a contar 20/03/2021 até 07/08/2021), sem ônus para o Contratante.		
6º Termo Aditivo (assinado em 22/09/2021) – Volume XIII do PA (evento 0740932): a) Prorrogação do prazo de vigência por mais 131 dias corridos, a contar de 22/09/2021 até 30/01/2022, sem ônus para o Contratante; e b) Prorrogação do prazo de execução por mais 145 dias corridos, a contar 08/08/2021 até 30/12/2021), sem ônus para o Contratante.	-	-
7º Termo Aditivo (assinado em __/01/2022) – Volume XIV do PA (evento 0784695): a) Prorrogação do prazo de vigência por mais 60 dias corridos, a contar de 31/01/2022 até 31/03/2022, sem ônus para o Contratante; e b) Prorrogação do prazo de execução por mais 45 dias corridos, a contar 31/12/2021 até 13/02/2022), sem ônus para o Contratante.	-	-

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

VALOR ATUALIZADO DESTA CONTRATAÇÃO PARA FINS DE EVENTUAIS CÔMPUTOS DE ACRÉSCIMOS E	R\$ 127.720,50
---	---------------------------



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SUPRESSÕES – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	
PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES JÁ REALIZADOS NESTA CONTRATAÇÃO, EM RELAÇÃO AO VALOR ATUALIZADO CONTRATO – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	0,00%



Documento assinado eletronicamente por **PAULO KIYOCHI MORI, Presidente**, em 28/01/2022, às 18:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUIS MIGUEL GOMES DE OLIVEIRA, Usuário Externo**, em 29/01/2022, às 11:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 30/01/2022, às 22:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 31/01/2022, às 09:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0784695** e o código CRC **81935D68**.

0001552-45.2017.6.22.8000

PROCESSO: 0001552-45.2017.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: : Prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato Administrativo nº 022/2018 – Objeto: FISCALIZAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E COMPLEMENTARES EM PLATAFORMA BIM. Minuta de Termo Aditivo nº 7. Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 13 / 2022 - PRES/DG/AJDG

I - RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo inaugurado para abrigar a contratação de pessoa jurídica especializada em serviços técnicos de engenharia para execução de fiscalização de projetos de arquitetura e complementares em plataforma BIM contratados pelo TRE-RO para construção da nova Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e do novo Fórum Eleitoral da Capital.

02. Após regular procedimento licitatório, este Regional e a empresa EACE ENGENHEIROS ASSOCIADOS CONSULTORES EM ENGENHARIA LTDA. firmaram o Contrato 022/2018 ([0340789](#)), prorrogado sucessivamente, conforme os Termos Aditivos nº 1 ([0423885](#)), nº 2 ([0483952](#)), nº 3 ([0526404](#)) e nº 4 ([0627949](#)), nº 5 ([0697746](#)) e nº 6 ([0740932](#)). Neste último, o termo final dos seus prazos de vigência e de execução foram diferidos para 30/01/2022 e 30/12/2021, respectivamente.

03. Na Manifestação nº 3/2022 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0781378](#)), verifica-se que, em decorrência da proximidade da expiração do instrumento contratual, a unidade gestora (Seção de Manutenção Predial – SEMAP), por meio de e-mail, solicitou a manifestação da empresa contratada quanto a intenção de prorrogação da vigência do Contrato citado por mais 60 dias. Esta, por sua vez, concordou com a dilação do referido prazo ([0781377](#)).

04. Ainda, a SEMAP levou ao conhecimento do Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade que os prazos contratuais das atividades da contratada FOX Engenharia foram prorrogados por meio do Termo Aditivo nº 9 do Contrato nº 27/2017 ([0776178](#)), restando prejudicada a fiscalização dos seus projetos pela empresa EACE ENGENHEIROS ASSOCIADOS CONSULTORES EM



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ENGENHARIA LTDA., e, por tal motivo, manifesta-se pela prorrogação da vigência e da execução do Contrato nº 22/2018.

05. Recebida a demanda pela Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade – SAOFC, o seu titular, considerando a Manifestação acima relatada, encaminhou os autos à SECONT para elaboração da minuta do termo aditivo e à esta AJDG para análise e emissão de parecer jurídico (Despacho nº 125/2022 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC - [0783605](#)).

06. Em seguida a SECONT juntou aos autos a minuta do 7º Termo Aditivo ao Contrato nº 022/2018 ([0783653](#)) e direcionou os autos a AJDG para elaboração de parecer jurídico ([0783661](#)). É o breve e necessário relato.

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

07. Inicialmente convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI nº [0001552-45.2017.6.22.8000](#)) até a presente data.

08. Ressalte-se que, conforme Resolução TRE/RO nº 006/2015 (Regulamento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia) e com os demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é de responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

09. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, como questões de conveniência e oportunidade da gestão da contratação, cuja atribuição é do Administrador. Não se adentrará ou questionará, salvo patente ilegalidade, a necessidade e justificativa dos atos de gestão e fiscalização da contratação. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

10. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir à autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11. De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

III – ANÁLISE JURÍDICA

12. Conforme já registrado por esta unidade jurídica em outros processos, é pacífico o entendimento deste órgão quanto à possibilidade de prorrogação de contratos administrativos em execução pelo prazo necessário para o cumprimento do objeto contratual. Nessa linha, conforme Manifestação nº 3/2022 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0781378](#)), as prorrogações pretendidas são necessárias para a execução completa dos serviços remanescentes.

13. Por sua vez, além de pactuada expressamente na **Cláusula Quarta do Contrato Administrativo nº 022/2018**, a pretensão encontra abrigo no **inciso V, § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93, *verbis*:**

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;

[...]

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega **admitem** prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis. (sem grifo no original).

14. Com relação ao prazo de execução, o § 1º do dispositivo acima traz a permissão para a sua dilação, basta apenas a comprovação da ocorrência de um dos motivos listados em seus incisos.

15. Enfatiza-se que a fiscalização contratada recai sobre os projetos de arquitetura e complementares em plataforma BIM elaborados pela empresa FOX ([0002397-77.2017.6.22.8000](#)), a qual assinou com este Tribunal o Contrato n. 027/2017 ([0254602](#)).

16. No caso em tela, o serviço de fiscalização não será concluído de acordo com o planejado, pois a finalização dos projetos se encontra em atraso e dependem de procedimentos da empresa Fox Engenharia Ltda., conforme registro nos autos [0002397-77.2017.6.22.8000](#), por essa razão a unidade SEMAP entende que o contrato com a empresa EACE Engenheiros Associados Consultores em Engenharia LTDA é imprescindível para a unidade técnica frente à fiscalização dos projetos apresentados pela empresa Fox Engenharia Ltda. Considerando as manifestações elaboradas pela Comissão de Fiscalização da Elaboração de projetos (CFEP) em fases anteriores, pode-se observar o importante papel da empresa EACE nas análises e reanálises dos projetos apresentados pela projetista Fox Engenharia Ltda. Esta situação, portanto, enquadra-se na hipótese do **V, § 1º do dispositivo supracitado.**

17. Sobre o tema, o doutrinador Marçal Justen Filho, em seu livro Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 15ª edição, página 841, aduz, *in verbis*:

A Lei dá tratamento autônomo, no inc. V, a uma modalidade peculiar de “força maior”. **Trata-se do fato ou ato de terceiro, impeditivo da execução do contrato.**

Ao aludir “ato” ou “fato”, a lei engloba tanto atuações voluntárias como as involuntárias. **Elimina-se, desse modo, a necessidade de investigar o elemento subjetivo** que informava o terceiro quando promoveu a ação ou omissão obstaculizadora. A referência “terceiro” indica o evento relacionado à atuação de um sujeito de direito.

Segundo a Lei, o impedimento deve ser “reconhecido pela Administração, em documento contemporâneo à sua ocorrência”. A intenção legislativa é evitar a fabricação artificial de impedimento que, na verdade, inoocorreram. (...) Por isso, o contratante deve comunicar à Administração o evento impeditivo, **tão logo ele se configure.** A Administração poderá comprovar, por si mesma, a efetiva ocorrência do impedimento. Observe-se que a elaboração de um “documento” é irrelevante. **O fundamental é a comprovação da ocorrência do impedimento e da relação de causalidade entre esse evento e a impossibilidade de cumprimento do prazo contratual.** Se a Administração confirma, através de sua atuação, a ocorrência do obstáculo impeditivo da execução da prestação, é irrelevante que produza (ou não) um documento. (sem grifo no original)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

18. A veracidade dos fatos afirmados, que configura o nexo de causalidade entre o evento e a inviabilidade de atendimento do cronograma de execução estabelecido entre a Contratada e este Tribunal bem como a contemporaneidade dos documentos, pode ser averiguada pela análise dos processos instaurados para registro e tramitação dos atos de fiscalização e gestão do Contrato nº 22/2018 no PSEI [0002685-88.2018.6.22.8000](#).

19. É importante mencionar que o § 5º do art. 79 da Lei nº 8.666/93 estabelece a devolução ao contratado do interim durante o qual não houve execução por força das situações descritas no § 1º do art. 57 da mesma lei. Evidenciando que o lapso temporal no qual a empresa não pode prestar seus serviços devem ser devolvidos para a conclusão do objeto contratado.

20. Ademais, estes óbices examinados estão razoavelmente justificados pelas informações prestadas pela unidade demandante quanto à necessidade de prorrogar a execução e a vigência do Contrato nº 022/2018 ([0781378](#)).

21. Quanto à prorrogação do prazo de vigência do referido contrato, verifica-se que há previsão contratual na Subcláusula Quarta da Cláusula Quarta ([0340789](#)) com fundamento no art. 57, art. 57, I, § 1º, V, da Lei n. 8.666/93 e restou demonstrada a necessidade de sua dilação em razão da ampliação do prazo de execução.

22. O Contrato nº 022/2018 ([0340789](#)) estabeleceu a obrigação de a Empresa oferecer garantia contratual, nos seguintes termos, *in verbis*:

CLÁUSULA SEXTA – Para assegurar a plena execução do contrato, com fundamento nos termos do art. 56, § 1º, da Lei nº 8.666/93, a Contratada obriga-se a apresentar GARANTIA, na modalidade de caução em dinheiro, seguro garantia ou fiança, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

23. A Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria do TRE/RO, após análise da viabilidade de Termo Aditivo com o objeto de prorrogação contratual – **Parecer CCIA nº 59/2011**, concluiu que: a garantia deverá ser igualmente complementada, para fins de adequação as novas datas do termo final do prazo de execução e vigência do contrato originário, devendo ser comprovada no bojo dos autos.

24. A Corte de Contas orienta no sentido de que: **“Se o objeto for acrescido ou suprido, a garantia deve ser atualizada em igual proporção”** (Manual de Licitações e Contratos 4ª Edição, revista, atualizada e ampliada, página 739). Diz, ainda, as deliberações do TCU:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

O agente público que deixa de exigir da contratada a prestação das garantias contratuais, conforme previsto no art. 56 da Lei n. 8.666/1993, responde pelos prejuízos decorrentes de sua omissão, bem como às penas previstas nos arts. 57 e 58 da Lei n. 8.443/92. Acórdão 859/2006 - Plenário (Sumário) (sem grifo no original)

Mantenha atenta observação acerca da validade das garantias contratuais fornecidas pelos contratados, resguardando o direito da Administração caso necessite utilizá-las, em obediência ao art. 55, VI c/c art. 66, caput, da Lei n.8.666/1993. Acórdão 265/2010 - Plenário. (sem grifo no original)

Exija, como condição necessária a assinatura de contratos e termos de aditamento, de comprovação de que tenham sido prestadas as garantias previstas no instrumento convocatório, na forma do art. 56 da Lei n. 8.666/1993. Acórdão 1573/2008 - Plenário. (sem grifo no original)

25. Nessa linha, deverá a contrata ser notificada para apresentar renovação da garantia correspondendo a 5% (cinco por cento) do patamar financeiro do contrato, dimensionada para a cobertura das obrigações, em cumprimento à obrigação imposta pela CLÁUSULA SEXTA do Ajuste, reproduzida na Cláusula Segunda da minuta do 7º TA ([0783653](#)).

IV – CONCLUSÃO

26. Nesses termos, considerando, sobretudo, a manifestação da unidade de gestão e fiscalização do Contrato nº 022/2018 (SEMAP), esta unidade jurídica opina pela **prorrogação dos prazos de execução por mais 45 (quarenta e cinco) dias e de vigência do ajuste, por mais 60 (sessenta) dias**, com fundamento no artigo 57, I, § 1º, V, da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Quarta, Subcláusula 4ª, do Contrato Administrativo nº 022/2018.

27. Quanto à minuta do **Sétimo Termo Aditivo** juntada ([0783653](#)), sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração. Assim sendo, para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria jurídica **APROVA** os seus termos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

28. Por derradeiro, esta unidade jurídica analisou os aspectos jurídicos do pedido a ela submetidos, já que inábil regimentalmente para pronunciar-se acerca de outras questões, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito deste Tribunal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativo.

À consideração da autoridade superior.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 26/01/2022, às 16:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 26/01/2022, às 16:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0783736** e o código CRC **112AD53F**.

0001552-45.2017.6.22.8000

MANIFESTAÇÃO Nº 34/2022 - PRES/DG/GABDG

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Trata-se de processo administrativo, no qual, após regular licitação, levou-se a cabo a contratação da empresa EACE ENGENHEIROS ASSOCIADOS CONSULTORES EM ENGENHARIA LTDA., para a prestação de serviços técnicos de engenharia de fiscalização de projetos de arquitetura e complementares em plataforma BIM, contratados pelo TRE-RO para construção da nova Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e do novo Fórum Eleitoral da Capital, materializada no Contrato



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

022/2018 ([0340789](#)), prorrogado pelos Termos Aditivos n. 1 ([0423885](#)), n. 2 ([0483952](#)), n. 3 ([0526404](#)), n. 4 ([0627949](#)), n. 5 ([0697746](#)) e n. 6 ([0740932](#)). Neste último, o termo final dos seus prazos de vigência e de execução foram diferidos para 30/01/2022 e 30/12/2021, respectivamente.

A Seção de Manutenção Predial - SEMAP, unidade gestora da contratação, verificando a proximidade do final do prazo de vigência do Contrato n. 22/2018, via e-mail, solicitou à contratada manifestação quanto à prorrogação do prazo de vigência do Contrato citado por mais 60 dias e de execução por mais 45 dias. A empresa, por sua vez, concordou com a dilatação dos prazos ([0781377](#)).

Em seguida, a SEMAP, mediante a Manifestação n. 3/2022 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0781378](#)), reporta ao Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade que, atualmente a contratada EACE está analisando os documentos e relatórios da fase dos projetos executivos objeto do Contrato n. 27/2017, conforme a Notificação nº 47/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0724719](#)) e documentação referente ao orçamento do projeto executivo na sua versão final, bem como documentos referentes a PLO, além de apontamentos elencados nas ATAS 10 e 11, constantes nos eventos [0723684](#) e [0724554](#). Tal fato, em conjunto com a prorrogação da vigência do contrato com a empresa Fox Engenharia Ltda, somada à pendência de entregas de produtos objeto do contrato com a projetista, refletem na vigência da contratada EACE Engenheiros Associados Consultores em Engenharia Ltda, na tarefa de fiscalizar os projetos elaborados pela FOX em apoio à atuação da comissão de fiscalização. Por tais motivos, manifesta-se pela prorrogação dos prazos de vigência e de execução do Contrato n. 22/2018.

Na sequência, a Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade encaminhou o feito, concomitantemente, à SECONT, para juntar minuta de termo aditivo, e à AJDG, para emissão de parecer jurídico ([0783605](#)).

Em cumprimento ao Despacho 125/2022 ([0783605](#)), a SECONT juntou aos autos a minuta do Termo Aditivo n. 7 ao Contrato n. 22/2018 (evento [0783653](#)), remetendo à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral para análise ([0783661](#)).

A AJDG emitiu o Parecer Jurídico n. 13/2022 ([0783736](#)), no qual opina pela prorrogação dos prazos de execução por mais 45 (quarenta e cinco) dias e de vigência do ajuste por mais 60 (sessenta) dias, com



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

fundamento no artigo 57, I, § 1º, V, da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Quarta, Subcláusula 4ª do Contrato Administrativo nº 022/2018.

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se favorável à prorrogação do Contrato n. **22/2018** ([0340789](#)), nos mesmos termos do Parecer Jurídico supracitado (Manifestação n. 41/2022 - [0783830](#)).

Vieram os autos para manifestação.

Como bem asseverado pela Assessoria Jurídica, é pacífico o entendimento deste Órgão quanto à possibilidade de prorrogação de contratos administrativos em execução pelo prazo necessário para o cumprimento do objeto contratual. Além disso, mediante a Manifestação 3/2022 ([0781378](#)), a unidade gestora informou que as prorrogações pretendidas são necessárias para a execução completa dos serviços remanescentes.

Ademais, além de prevista na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo n. 022/2018, a **prorrogação dos prazos contratuais** encontra amparo no art. 57 da Lei de Licitações, *in verbis*:

"Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;

[...]

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis." (destacamos)

Depreende-se do inciso V do § 1º do art. 57 da Lei n. 8.666/93 que para a dilação do prazo de execução basta a comprovação da ocorrência de um dos motivos listados no referido normativo. No caso em tela, o serviço de fiscalização não será concluído de acordo com o planejado, pois a finalização dos projetos se encontra em atraso e dependem de procedimentos da empresa Fox Engenharia Ltda., conforme registro nos autos [0002397-77.2017.6.22.8000](#). Por essa razão, a unidade SEMAP



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

entende que o contrato com a empresa EACE Engenheiros Associados Consultores em Engenharia LTDA é imprescindível para a unidade técnica frente à fiscalização dos projetos apresentados pela empresa Fox Engenharia Ltda.

Assim, considerando as manifestações elaboradas pela Comissão de Fiscalização da Elaboração de projetos (CFEP) em fases anteriores, pode-se observar o importante papel da empresa EACE nas análises e reanálises dos projetos apresentados pela projetista Fox Engenharia Ltda. Esta situação, portanto, enquadra-se na hipótese do V, § 1º do dispositivo supracitado.

Tais fatos configuram o nexo de causalidade entre o evento e a inviabilidade de atendimento do cronograma de execução estabelecido entre a Contratada e este Tribunal, bem como a contemporaneidade dos documentos, que pode ser averiguada pela análise dos processos instaurados para registro e tramitação dos atos de fiscalização e gestão do Contrato nº 22/2018 no PSEI [0002685-88.2018.6.22.8000](#).

Vale destacar que o § 5º do art. 79 da Lei nº 8.666/93 estabelece a devolução ao contratado do íterim durante o qual não houve execução por força das situações descritas no § 1º do art. 57 da mesma lei. Evidenciado que o lapso temporal no qual a empresa não pôde prestar seus serviços deve ser devolvido para a conclusão do objeto contratado.

Verifica-se que os pontos acima elencados estão justificados pelas informações prestadas pela unidade demandante, quanto à necessidade de prorrogar a execução e a vigência do Contrato n. 022/2018 ([0687489](#)).

Por fim, deve-se registrar que, com fundamento no art. 56, § 2º, da Lei n. 8.666/93, a **CONTRATADA** deverá ser notificada para apresentar nova garantia correspondendo a 5% (cinco por cento) do novo patamar financeiro do contrato, dimensionada para a cobertura das obrigações, em cumprimento à obrigação imposta pela CLÁUSULA SEXTA do ajuste e sistematizada na Cláusula Segunda da minuta SECONT ([0783653](#)).

Registra-se, ainda, que a minuta de aditamento foi aprovada pela Assessoria Jurídica, cumprindo assim o disposto no artigo 38, parágrafo único, da Lei de Licitações e Contratos.

Assim, considerando que a prorrogação dos prazos não acarretará ônus para o Tribunal, bem como demonstrada a necessidade da prorrogação dos prazos de vigência e execução, manifesto-me:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) pela **AUTORIZAÇÃO** da prorrogação dos prazos de vigência e execução do Contrato Administrativo n. 22/2018 ([0340789](#)), sendo o de vigência por mais 60 (sessenta) dias a partir de 31/01/2022 e data final em 31/03/2022, e o de execução por mais 45 (quarenta e cinco) dias a contar de 31/12/2021 e data final em 13/02/2022, sem ônus para este Tribunal, mantidos os demais termos e condições pactuados, desde que haja comprovação prévia quanto a regularidade fiscal e trabalhista, com fundamento no art. 57, I, § 1º, V, da Lei n. 8.666/93 e, ainda, Cláusula Quarta, Subcláusula Quarta do Contrato Originário; e

b) pela **NOTIFICAÇÃO** da empresa contratada para **renovação da garantia contratual apresentada anteriormente**, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do aditivo contratual, observadas todas as condições, prazos e valores constantes no contrato inicial, com fundamento no § 2º do art. 56 da Lei n. 8.666/93 c/c Cláusula Sexta do Contrato Originário.

Com tais considerações, submeto à apreciação de Vossa Excelência.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 27/01/2022, às 16:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0783966** e o código CRC **D865ED6C**.

0001552-45.2017.6.22.8000

PROCESSO: 0001552-45.2017.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Manutenção Predial.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: Prorrogação Contratual.

DECISÃO Nº 2 / 2022 - PRES/ASSPRES

Vistos.

Trata o feito da gestão do contrato firmado com a empresa EACE ENGENHEIROS ASSOCIADOS CONSULTORES EM ENGENHARIA LTDA, para prestação de serviços técnicos de engenharia na execução de fiscalização de projetos de arquitetura e complementares em plataforma BIM, contratados por este Tribunal para a construção de sua nova sede e do novo fórum eleitoral da capital, conforme contrato n. 22/2018 (evento [0340789](#)).

Vieram os autos a esta Presidência para conhecimento e deliberação acerca da prorrogação do prazo da vigência contratual, ante à iminência do término do prazo de vigência do referido contrato e a pendência de conclusão do seu objeto, o que foi aceito pela empresa contratada ([0781377](#) e [0781378](#)).

A Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral (AJDG) opinou pela prorrogação proposta, com fundamento no artigo 57, I, § 1º, V, da Lei n. 8.666/93 e Cláusula Quarta, Subcláusula 4ª, do já citado instrumento contratual. Na oportunidade, também aprovou a minuta do sétimo termo aditivo, juntada no evento [0783653](#).

Da mesma forma, a Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC) opinou favoravelmente ([0783830](#)).

Por fim, a Diretoria-Geral (DG) manifestou pela autorização da prorrogação dos prazos de vigência e de execução ([0783966](#)).

É o relatório.

Passo à análise e deliberação quanto à prorrogação do Contrato Administrativo n. 22/2018, pactuado entre este Regional e a empresa EACE ENGENHEIROS ASSOCIADOS CONSULTORES EM ENGENHARIA LTDA em 1º/10/2018 (evento [0340789](#)).

O histórico do contrato com seus aditivos apresenta-se, de forma sintética, conforme quadro abaixo:

Contrato originário/ Aditivos	Prazos de vigência do contrato/execução
-------------------------------	---



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Contrato n. 22/2018 (0340789)	<p>Prazo de vigência - 255 (duzentos e cinquenta e cinco) dias, contados a partir da assinatura do contrato;</p> <p>Prazo de execução - 165 (cento e sessenta e cinco) dias, contados a partir do recebimento dos arquivos digitais ou, eventualmente, dos projetos físicos enviados pelo CONTRATANTE e do recebimento da ordem de serviço.</p>
Termo aditivo n. 1 (0423885)	<p>Prazo de vigência – 180 (cento e oitenta) dias corridos, a contar de 14/6/2019 e data final em 10/12/2019;</p> <p>Prazo de execução - 180 (cento e oitenta) dias corridos, a contar de 31/3/2019 e data final em 26/9/2019.</p>
Termo aditivo n. 2 (0483952)	<p>Prazo de vigência – 180 (cento e oitenta) dias corridos, a contar de 11/12/2019 e data final em 7/6/2020;</p> <p>Prazo de execução - 180 (cento e oitenta) dias corridos, a contar de 27/9/2019 e data final em 24/3/2020</p>
Termo aditivo n. 3 (0526404)	<p>Prazo de vigência – 180 (cento e oitenta) dias corridos, a contar de 8/6/2020 e data final em 4/12/2020;</p> <p>Prazo de execução - 180 (cento e oitenta) dias corridos, a contar de 25/3/2020 e data final em 20/9/2020.</p>
Termo aditivo n. 4 (0627949)	<p>Prazo de vigência – 180 (cento e oitenta) dias corridos, a contar de 5/12/2020 e data final em 2/6/2021;</p> <p>Prazo de execução - 180 (cento e oitenta) dias corridos, a contar de 21/9/2020 e data final em 19/3/2021.</p>
Termo aditivo n. 5 (0697746)	<p>Prazo de vigência - 111 (cento e onze) dias corridos, a contar de 3/6/2021 e data final</p>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	em 21/9/2021. Prazo de execução 141 (cento e quarenta e um) dias corridos, a contar de 20/3/2021 e data final em 7/8/2021.
Termo aditivo n. 6 (0740932)	Prazo de vigência - 131 (cento e trinta e um) dias corridos, a contar de 22/9/2021 e data final em 30/01/2022. Prazo de execução 141 (cento e quarenta e um) dias corridos, a contar de 8/8/2021 e data final em 30/12/2021.

Como mencionado pela AJDG e pela Diretoria-Geral ([0783736](#) e [0783966](#)), a necessidade da prorrogação contratual em análise decorre do fato de que os serviços de fiscalização, objeto do contrato n. 22/2018, direcionam-se aos projetos formulados pela empresa Fox Engenharia LTDA, conforme contrato n. 27/2017 e demais documentos dos autos SEI n. [0002397-77.2017.6.22.8000](#).

Constata-se naqueles autos que este Tribunal firmou o nono termo aditivo ao contrato n. 27/2017, prorrogando sua vigência até 13 de fevereiro de 2022 e o prazo de execução até 14 de janeiro de 2022 ([0776178](#)), o que evidencia que a Fox Engenharia LTDA não finalizou a entrega dos projetos contratados.

Assim, considerando que, nos termos do contrato n. 22/2018, a empresa EACE Engenheiros Associados Consultores em Engenharia LTDA, é a responsável pela fiscalização dos projetos elaborados pela FOX em apoio à atuação da comissão de fiscalização, não é possível a finalização da execução dos serviços pactuados, de forma que se configura impedimento da execução do contrato por fato ou ato de terceiro, ora reconhecido pela Administração.

Nesse sentido, a situação enquadra-se na hipótese do art. 57, § 1º, V, da Lei das Licitações.

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(...)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

(...)

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

(...)

Além disso, a possibilidade de prorrogação está prevista no respectivo contrato, na cláusula quarta e respectiva subcláusula terceira, conforme segue:

CLÁUSULA QUARTA – Este Contrato terá a vigência de 255 (duzentos e cinquenta e cinco) dias a partir da assinatura do contrato, compreendendo as providências iniciais, o período de execução e o prazo adicional de 90 (noventa) dias necessário para finalização das medidas de fiscalização, pagamento e encerramento do contrato, podendo vir a ser prorrogado com fulcro no Artigo 57, § 1º, da Lei 8.666/93.

(...)

Subcláusula Terceira – Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do Contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos, devidamente autuados em processo, previstos no § 1º do art. 57, da Lei n. 8.666/93.

(...)

A proposta da SAOFC é o prazo de vigência do contrato n. 22/2018 seja prorrogado até 31 de março de 2022 e o prazo de execução, até 13 de fevereiro de 2022, o que proporcionará tempo para a execução dos serviços de fiscalização, considerando que o contrato com a Fox Engenharia LTDA tem vigência até 13 de fevereiro.

Com estas considerações, acolhendo o Parecer Jurídico da AJDG ([0783736](#)), a Manifestação da SAOFC ([0783830](#)) e a Manifestação da Diretoria-Geral ([0783966](#)), que passam a integrar esta decisão, e, ainda, verificada a necessidade e utilidade para esta Administração:

a) AUTORIZO a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 22/2018 ([0340789](#)), por sessenta dias corridos, a contar de 31/1/2022 e data final em 31/3/2022, e o de execução por quarenta e cinco dias corridos, a contar de 31/12/2021 e data final em 13/2/2022, sem ônus para este Tribunal, mantidos os demais termos e condições pactuados, desde que haja comprovação prévia quanto à regularidade fiscal e trabalhista, com fundamento no art. 57, I, § 1º, V, da Lei n.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.666/93 e ainda Cláusula Quarta, Subcláusula 3ª
do Contrato Originário; e

b) DETERMINO a
notificação da empresa contratada para renovação da
garantia contratual apresentada anteriormente,
no prazo máximo de dez dias úteis a contar da
assinatura do aditivo contratual, observadas todas as
condições, prazos e valores constantes no contrato inicial,
com fundamento no [§ 2º do art. 56 da Lei n. 8.666/93](#) c/c
Cláusula Sexta do Contrato Originário.

À Diretoria-Geral, para ciência e acompanhamento.

Cumpra-se.

Porto Velho, 28 de janeiro de 2022.

Desembargador KIYOCHI MORI

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **PAULO KIYOCHI MORI, Presidente**, em 28/01/2022, às 18:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0784368** e o código CRC **2849ABAB**.